



PARECER PRÉVIO Nº 41/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10970/2015.

Aposos: Processo nº 11835/2015, 11836/2015, 11819/2015 e 11832/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anamã

4- Exercício: 2014

5- Responsável: Jecimar Pinheiro Matos (Prefeito Municipal)

6- Advogado: Ana Paula de Freitas Lopes - OAB/AM 7.495 e Maiara Moral - OAB/AM 7788

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3963/2016-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Anamã, referente ao exercício de 2014, Gestão do **Sr. Jecimar Pinheiro Matos**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso I, e do art. 58, alínea “c”, da Lei n.º 2423/96, c/c o art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Outubro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.



PARECER PRÉVIO Nº 41/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 41/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10970/2015.

Aposos: Processo nº 11835/2015, 11836/2015, 11819/2015 e 11832/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Anamã

4- Exercício: 2014

5- Responsável: Jecimar Pinheiro Matos (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Ana Paula de Freitas Lopes - OAB/AM 7.495 e Maiara Moral - OAB/AM 7788

7- Unidade Técnica: DICAMI

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3963/2016-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Anamã. Exercício de 2014.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Anamã, referente ao exercício de 2014, tendo como responsável o **Sr. Jecimar Pinheiro Matos**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, c/c o art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas expostas na fundamentação do Voto;

10.2. Considerar em Alcance o **Sr. Jecimar Pinheiro Matos**, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas do Município de Anamã, exercício de 2014, no valor de **R\$ 2.552,48** (dois mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e oito centavos), nos termos do art. 304, I, da Resolução nº 04/02-TCE/AM (item 56 da fundamentação do Voto), que deve ser recolhido na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Anamã. O valor deverá ser recolhido, **no prazo de 30 dias** aos cofres municipais, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da



ACÓRDÃO Nº 41/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Jecimar Pinheiro Matos, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas do Município de Anamã, exercício de 2014, no valor de R\$147.000,00 (cento e quarenta e sete mil reais), nos termos do art. 304, I, da Resolução n.º 04/02-TCE/AM (itens 61 a 67 da fundamentação do Voto), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Anamã. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;**
- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. Jecimar Pinheiro Matos, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas do Município de Anamã, exercício de 2014, no valor de R\$ 19.250,00 (dezenove mil, duzentos e cinquenta reais), nos termos do art. 304, I, da Resolução n.º 04/02-TCE/AM (item 78 da fundamentação do Voto), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Anamã. O valor deverá ser recolhido, no prazo de 30 dias aos cofres municipais, ficando a DICREX autorizada, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;**
- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas do Município de Anamã, exercício de 2014, no valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, II da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, por cada bimestre de atraso no encaminhamento dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária referentes aos seis bimestres de 2014, totalizando o montante de 6.576,18, conforme item 42 da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança**



ACÓRDÃO Nº 41/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.6. Aplicar Multa ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos**, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas do Município de Anamã, exercício de 2014, no valor de **R\$ 1.096,03** (um mil e noventa e seis reais e três centavos), conforme o art. 308, II da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, alterado pela Resolução n.º 25/2012-TCE/AM, por dois semestres de atraso no encaminhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º e 2º semestres de 2014, totalizando o montante **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), conforme item 43 da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.7. Aplicar Multa ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos**, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas do Município de Anamã, exercício de 2014, no valor de **R\$ 21.920,64** (vinte e um mil, novecentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos), referente aos itens 56 (Contrato n.º 11/2014), 61 a 67 (Contrato n.º 13/2014) e item 78 da fundamentação do Voto, em virtude da prática de ato de gestão antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, nos termos do art. 54, III, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, V, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM. O valor deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.8. Aplicar Multa ao Sr. Jecimar Pinheiro Matos**, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesas do Município de Anamã, exercício de 2014, no



ACÓRDÃO Nº 41/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

valor de **R\$ 43.841,28** (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96, c/c o art. 308, VI, da Resolução n.º 04/02- TCE/AM, alterada pela Resolução n.º 25/12- TCE/AM, pelos atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes das análises dos itens 44 a 48 (Contrato nº 10/2014), itens 49 a 55 (Contrato nº 11/2014), itens 57 a 60 (Contrato nº 12/2014), itens 68 e 69 (Contrato nº 13/2014) e também os itens 70 a 74, 76, 77, 79 a 82, da fundamentação do Voto. O valor deverá ser recolhido **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.9. Recomendar** à Prefeitura Municipal de Anamã que providencie a imediata **implantação da Procuradoria do Município**, para que assim possa atender as determinações legais presentes no art. 37, II e art. 132 da CF;

11- Ata: 35ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Outubro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA
Procurador-Geral, em substituição

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Pág. 7

ACÓRDÃO Nº 41/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 41/2018 – TCE – Tribunal Pleno)